

Pressuposição e dispositivo de normalização no discurso heterossexual masculino

Luiz Felipe Andrade (UERJ)*

Resumo

O objetivo do presente trabalho é explorar os modos discursivos de constituição da “norma” sexual, que toma como metro-padrão o heterossexual masculino. Para tanto, indicamos inicialmente o surgimento do campo de estudos voltados para a masculinidade e sobre a normalização. Em seguida, apresentamos o corpus de que nos valem para fazer nossa análise: cartas endereçadas a uma seção de “aconselhamento amoroso” de uma publicação mensal voltada para o público heterossexual masculino, a revista *Men’s health*. A partir dos enunciados, demonstramos como os pressupostos linguísticos são importantes como instrumento de normalização, uma vez que, de acordo com Foucault (2010b), o desviante, o anormal e o marginal são assuntos muito mais frequentes do que a própria normalidade. O reconhecimento do padrão (ou padrões) que a constituem, portanto, é construído por implícitos linguísticos, dentre os quais a pressuposição (DUCROT, 1977). A norma sexual é apresentada, portanto, como algo prévio (já-dito), compartilhado pelos participantes do discurso e protegido de questionamentos. Ao concebermos o discurso como prática que ao mesmo tempo constitui uma determinada comunidade e é por ela constituída (MAINGUENEAU, 1997), observamos nesses enunciados indícios para caracterizar o funcionamento discursivo da normalização sexual, como um dispositivo constante de vigilância sobre o heterossexual masculino. Finalmente, traçamos uma relação entre o que fora levantado e os estudos de Deleuze e Guattari (1995-2012), apontando o modo como esses discursos atuam na produção de subjetividade.

1. Introdução

A masculinidade passou a ser objeto de estudo das ciências humanas bastante recentemente, ao contrário do que aconteceu com outros grupos sexuais. De acordo com Connell (2005, p.xiv), o campo de estudos da masculinidade começa a crescer no final dos anos 1980, em uma série de áreas, permitindo um deslocamento no modo como o quadro das relações de gênero era apresentado, a partir da crise do papel dominante do gênero masculino.

Lendo a emergência do campo à luz do pensamento de Foucault, podemos procurar explicitar as suas “condições de possibilidade”. No último capítulo de *A arqueologia do saber*, Foucault define saber negativamente, em relação às disciplinas, às positivities e às formações discursivas. O saber seria o campo no qual se constitui um tipo de discurso em vias de se tornar ciência; porém essa transitoriedade não precisa concluir-se para fazer de um tipo de discurso um saber – é necessário apenas que seja organizado como uma ciência, isto é, que haja a delimitação do que é dito (o domínio dos objetos), de quem diz (as posições subjetivas), do regime de relações

* Bolsista da CAPES.

entre enunciados e das possibilidades de utilização dos discursos. Trata-se, em suma, de um modo de organização das práticas discursivas, muito mais do que propriamente “aquilo que se sabe”, um campo de conhecimento. Descrever um *arquivo*¹ seria, então, descrever as condições de possibilidade dos enunciados, como um sistema regulado. E as condições de possibilidade do enunciado são, em última instância, também as condições de possibilidade de objetos e sujeitos a que se refere aquele, formando-os, lançando sobre determinadas “coisas” regimes de luminosidade.

Quais, portanto, as condições que possibilitam uma reflexão sobre o gênero masculino e que tornam “o homem” ou “a masculinidade” em um objeto passível de ser investigado? Como e quando uma “verdade contínua e universal” começa a ser tomada como um acontecimento? Inúmeras são as hipóteses, todas apontando para uma crise do modelo patriarcal das sociedades ocidentais. Sublinhamos aqui a emergência dos movimentos organizados que visavam à igualdade de tratamento e equanimidade de direitos civis de grupos minoritários de gênero. A nova visibilidade que demandavam esses movimentos de afirmação procurava dissociar a imagem de seus indivíduos de uma zona recoberta pela sombra da noção de anormalidade. O dispositivo de normalização, historicamente construído e perpetrado por um conjunto heterogêneo de instituições, tem um intuito disciplinar. Ali, a criação de normas criara, concomitantemente, sua contrapartida, constituída por todos aqueles que não se adequavam ao padrão.

A partir do momento que emerge um novo regime de enunciação, no qual o “anormal” deixa de ser falado para tornar-se enunciador (o que se evidencia pelas palavras de ordem das manifestações, pelos jornais e publicações de mulheres e homossexuais acerca de sua própria situação), promove-se um deslocamento – ou, um movimento de desterritorialização das relações de gênero.

O primado do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008) coloca luz sobre o assunto, ao tratar da constitutiva heterogeneidade dos discursos e do caráter dialógico dos enunciados. No processo de constituição do discurso primeiro (normalizador e majoritário), ao delimitar-se a sua zona do dizível, cria-se também uma zona de interditos, a qual seria atribuída ao Outro. É a partir deste Outro que se constituem os discursos segundos (“anormais” e minoritários), uma vez que o primeiro se vê “ameaçado em seus próprios fundamentos” (MAINGUENEAU, 2008, p.39). Com a materialização deste Outro, a partir da construção dos enunciados de afirmação, há uma transformação no interdiscurso que promove também uma modificação na rede de restrições semânticas do discurso primeiro. Assim, obrigam-se “os outros [enunciados] a transformar o próprio discurso, já que as práticas sexuais não precisavam recobrir

¹ Para Foucault (2008, p.147), “o arquivo é, antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares”.

uma função enunciativa produzindo o sujeito que diz: ‘eu sou homossexual’ ou ‘eu sou heterossexual’” (SOUZA, 1997, p.24).

Ao falar da sociedade do disciplinamento, Foucault chama a atenção para o fato de que o desviante, o anormal e o marginal são assuntos muito frequentes e cobertos por um maior sistema de vigilância do que aqueles que representam o ideal almejado (ou os normais). Em suas próprias pesquisas, o filósofo dedica-se muito mais aos dispositivos que cercam e cerceiam o anormal do que, propriamente, ao modo como a norma é estabelecida:

Num regime disciplinar, a criança é mais individualizada que o adulto, o doente o é antes do homem são, o louco e delinquente mais que o normal e o não-delinquente. É em direção aos primeiros, em todo caso, que se voltam em nossa civilização todos os mecanismos individualizantes; e quando se quer individualizar o adulto são, normal e legalista, agora é sempre perguntando-lhe o que ainda há nele de criança, que loucura secreta o habita, que crime fundamental ele quis cometer (FOUCAULT, 2010b, p.184).

Assim, é o corpo desviante, o corpo rebelde, o corpo estranho – efeitos do disciplinamento, uma vez que é a norma que cria o desvio – que serão mais individualizados pelas estratégias de normalização: os estatutos, a vigilância, os registros serão sobre eles mais rígidos e também mais extensos, mais amplos, mais variados. Todo um regime de visibilidade para deixar à luz cada desvio. Todo um regime de enunciação para tornar mais dizível o anormal. Enquanto a norma, o dentro, o puro repousa em um silêncio escuro que se torna tanto mais conhecido quanto maior for a distância que o separa de seu antivalor.

Desde a década de 1950, porém, começam a surgir várias revistas voltadas ao público masculino heterossexual: *Playboy*, *Penthouse* e tantas outras passam a invadir as bancas com reportagens sobre comportamento, sexo e fotos de mulheres nuas. E é a partir de uma delas que analisaremos o modo como a “norma” é estabelecida pelo discurso. Inicialmente, apresentaremos a publicação de onde foi retirado o enunciado a partir do qual empreenderemos nossa análise e o gênero discursivo a que pertence a seção. Posteriormente, demonstraremos, com nossa análise, a importância dos pressupostos linguísticos para a constituição da norma. E, finalmente, a relação entre esses discursos e a produção de subjetividade, através de um processo de individuação “serializado”.

2. Conselhos da vizinha e do barman na revista *Men's health*

A partir dos anos 1990, começam a surgir outras revistas destinadas ao público heterossexual masculino que, diferentemente daquelas surgidas na década de 1950, não apresentam como “prato principal” ensaios fotográficos de mulheres nuas. Essas publicações voltam-se principalmente para assuntos gerais, seguindo o modelo de

revistas femininas existentes há mais tempo. Nelas, reportagens sobre moda, costumes, viagens, relacionamentos amorosos e sexo fazem a tônica. Aqui trataremos da revista *Men's health*, revista de origem americana, lançada em 1987, com versões em 38 países, cuja maior parte das matérias é sobre treinamento físico e nutrição. Mensalmente, a edição brasileira apresenta uma nova dieta e uma série de musculação voltada para uma parte do corpo masculino – nas edições consultadas para esse trabalho, por exemplo, as capas apresentam as seguintes matérias: na edição de setembro de 2013, “5kg de músculo em 4 semanas” e “Fast-food + saudável” e “Sarado em 28 dias: o plano fácil para detonar 5kg a jato!” e na de novembro do mesmo ano, “O rango que bate o estresse”.

Ainda que sejam esses os maiores destaques da capa, o próprio sumário da publicação indica os assuntos principais a que se dedica: suas matérias são divididas normalmente em seis temas: “Fitness”, “Nutrição”, “Saúde”, “Cuidados pessoais”, “Sexo” e “Cabeça de homem”, além das seções que sempre integram a revista. Destas, três são dedicadas a responder a dúvidas enviadas pelos leitores: “Pergunta à MEN'S HEALTH”, “Claudinha, a vizinha” e “Beto, o barman” – seções essas que também podem ser encontradas em outras publicações do tipo, como a *Playboy*.

No entanto, o que diferencia as seções de “aconselhamento” de *Men's health* em relação ao de outras revistas é o fato de que, primeiramente, cada uma possui um foco particular: a seção “Pergunte à MEN'S HEALTH” responde questões variadas sobre saúde, de uma maneira geral, de um ponto de vista mais neutro, sempre baseado em informações médicas. As outras duas seções, porém, ainda que apresentem um mesmo conteúdo temático – relacionamento amoroso e sexo –, se distinguem pelo fato de responderem às dúvidas do leitor a partir de perspectivas diversas. “Claudinha, a vizinha”, portanto, procura inserir um ponto de vista feminino na revista e aconselhar os homens em suas desventuras amorosas.

Tanto esta seção quanto “Beto, o barman” se caracterizam por apresentar um registro íntimo, apresentando o conselho – mesmo quando se recorre à fala de cientistas – de forma mais descontraída e espirituosa, muito próxima da modalidade oral. Cria-se, então, uma cena enunciativa de diálogo presencial, não epistolar, ainda que escrito. Além disso, “Beto” e “Claudinha” apresentam uma escrita que retoma características típicas das variedades masculina e feminina urbanas do português brasileiro. Ela, por exemplo, faz uso de apelidos carinhosos para se dirigir ao seu interlocutor (“Rô”, “Cacá”, “Fabinho”, “Lu”, “Gu”) e ele, por sua vez, se dirige com expressões tipicamente masculinas (“meu chapa”, “meu amigo”, “brother”, “Renatão”).

Assim reforça-se o binarismo constitutivo das “identidades de gênero”, através da complementaridade entre as duas seções e seus enunciadores e pela performance de gênero. Para Butler, “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos dentro de uma estrutura rígida e reguladora que se consolida com o

passar do tempo, produzindo o que aparenta ser substância, uma espécie ‘natural’ de ser” (BUTLER, 2013, p.59) – e, dentre esses atos, destacamos a enunciação. Podemos analisar esses enunciados como produto e produtores de “normas” de gênero, característicos da noção de prática discursiva, “esta reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso” (MAINGUENEAU, 1997, p.56). Ao mesmo tempo em que um discurso é produzido e difundido por determinada comunidade discursiva, esta comunidade discursiva é sustentada por estes discursos.

Interessante notar também como reforça estereótipos do universo masculino: a vizinha íntima, inatingível e cobiçada, representada por “Claudinha, a vizinha”, ilustrada sempre por uma mulher em roupas íntimas e o galanteador “expert” no assunto representado por “Beto, o barman”, sempre representado com camisa preta e uma coqueteleira nas mãos.

3. Os pressupostos nas respostas às cartas enviadas à *Men’s health*

Os textos selecionados para nossa análise dizem respeito à relação que homens e mulheres têm com o ato sexual, tema de grande importância para a constituição das identidades de gênero e fundamentais no dispositivo de normalização sexual. Conforme com Foucault, a sexualidade, considerar a partir de sua construção histórica, tem, em nossa sociedade, um papel preponderante no processo de constituição dos sujeitos, “entre cada um de nós e nosso sexo, o Ocidente lançou uma incessante demanda de verdade: cabe-nos extrair-lhe a sua, já que lhe escapa; e a ele cabe dizer-nos a nossa, já que a detém nas sombras” (FOUCAULT, 1988, p.87-8). Como homens e mulheres são construídos por meio de uma lógica binária e opositiva, suas relações com o sexo devem ser contrastivamente organizadas – o que vem sendo bastante combatido pelos movimentos minoritários femininos ao longo das últimas décadas.

Na edição de *Men’s health* de setembro de 2013, “Claudinha, a vizinha” responde à seguinte pergunta: “Claudinha, quando minha namorada e eu vamos transar, ela sempre começa fazendo sexo oral em mim. É normal?”

Boa notícia: é normal, sim! Algumas mulheres ainda acham que fazer sexo oral no homem é algo meio subserviente, ou até um dever. Mas, ainda bem, elas são minoria. Veja só, Cacá: 74% das brasileiras dizem que adoram fazer sexo oral nele – confira na pesquisa que a galera da MH publicou na reportagem *Sexo. Tour Mundial 2013* (pág. 60). E elas não beijam seu amigão só para agradar você. As garotas se amarram de verdade nessa tarefa, têm tesão ao mandar ver nisso – bom, não? E quando vemos o parceiro se deliciando com nossos estímulos, nos sentimos muito mais desejadas. Quer aumentar ainda mais o prazer dela, levar sua parceira a subir pelas paredes? Dê o troco na mesma medida: capriche com a língua (Men’s health, set. 2013).

No texto da resposta, alguns elementos contribuem para a normalização: as generalizações, por meio de expressões definidas (“as garotas”) ou pelo mais genérico

ainda pronomes pessoais de terceira pessoa feminino (“elas”); o uso da porcentagem (“74% das brasileiras”); sem falar do explícito “é normal, sim”, com que se abre a pergunta.

A questão do leitor, apresentada pela revista como “Caio Sérgio, Fortaleza (CE)”, apresenta-nos como subentendido a ideia de que, pelo contrário, não seria normal que uma mulher (no caso, sua namorada) começasse a relação sexual fazendo sexo oral nele. Em alguma medida, as razões para tal pergunta podem ser encontradas em uma complicação de conferências ministradas por psicólogos e ginecologistas sobre a relação sexual, na década de 1960:

Partindo habitualmente do homem a iniciativa do “rapport”, tinha-se a tendência, até esses últimos anos, de considerar a educação sexual da mulher como inútil. Ora, se essa educação (...) se evidencia particularmente delicada, a estrita passividade feminina, desejável no começo do “rapport” deve mui prontamente cessar em proveito de uma cooperação (PECKER, 1970, p.43).

Se o texto da conferência nos parece antiquado, não deixa de ser revelador o fato de que, independentemente do fato de considerarmos a existência de um sujeito empírico chamado Caio Sérgio que possua tal dúvida ou da veracidade de sua pergunta, a própria publicação em uma revista já deixa implícita a ideia de que essa questão é de interesse amplo por parte do público-leitor a que ela se destina. Consoante Ducrot, “falar de um assunto X a um interlocutor Y pode, em certas circunstâncias, no modo implícito, significar dizer que Y tem interesse em X” (DUCROT, 1977, p.17).

E se as significações postas pela resposta de Claudinha parecem deslegitimar a pergunta, mostrando como a mulher está mais arrojada em matéria de sexo, desconstruindo o “tabu” em torno do sexo orogenital, por outro os pressupostos linguísticos reforçam uma submissão da mulher e seu papel submisso no “rapport”. A análise dos pressupostos será, aliás, fundamental para que possamos compreender como – ainda que não explícita – a noção de normalidade se mantém e continua a se fazer presente em nossa sociedade, apesar de todos os “avanços” das últimas décadas.

Um dos primeiros trabalhos a tratar da distinção entre o posto e o pressuposto foi escrito por Frege, lógico alemão que visava desenvolver um método para estabelecer valor de verdade às proposições, da noção de referência. Com sua formulação lógica, os pressupostos de um enunciado seriam aquelas afirmações que se manteriam tanto pela negação do enunciado quanto por sua transformação em uma interrogativa. Assim, se realizarmos tais modificações na sentença “quando minha namorada e eu vamos transar, ela sempre começa fazendo sexo oral em mim” mantém-se tanto que ele e sua namorada transam, como a ideia de que ela faz sexo oral nele: a dúvida se coloca sobre a frequência ou sobre o momento em que ela faz sexo oral, seja em “quando minha namorada e eu vamos transar, ela nunca começa fazendo sexo oral em mim”, seja em “quando minha namorada e eu vamos transar, ela sempre começa

fazendo sexo oral em mim?” Esses pressupostos são desencadeados por elementos linguísticos: a oração subordinada, o advérbio de tempo indicando frequência, o verbo *começar* que indica mudança no desenvolvimento das ações... Isso sem levarmos em conta o pressuposto desencadeado pelo uso da expressão definida “minha namorada”, que indica que ele tem uma namorada.

Mesmo que possamos considerar polêmicos os pressupostos encontrados em um enunciado qualquer, eles se mantêm, apresentando-se como aceitos, na cena enunciativa. Como afirma Ducrot: “Se o posto é o que afirmo, enquanto locutor, (...) o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação” (DUCROT, 1987, p.20). Podemos, assim, relacionar a noção de pressuposição à de “já-dito” foucaultiana; uma noção propriamente linguística, material, observável do “já-dito” sobre o qual repousaria um discurso qualquer. Segundo Foucault, há um paradoxo na constituição do “já-dito”, uma vez que ele não é apenas a remissão aos enunciados já produzidos, mas um “‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro” (FOUCAULT, 2010a, p.28).

Portanto, vejamos o modo como surgem, na resposta de “Claudinha, a vizinha”, pressupostos que validam e colocam como dada a subserviência da mulher em relação ao homem, no ato sexual:

- (1) E elas não beijam seu amigão só para agradar você.
- p. Elas beijam seu amigão para te agradar.
- pp. Elas também beijam seu amigão para te agradar.

Coloca-se em destaque a ideia de que o sexo oral é uma forma de agradar o homem. Até aí nada que possa nos surpreender ou indicar como machista a postura da revista. No entanto, observe-se que há nesse prazer uma espécie de orgulho pelo domínio da técnica: “[as garotas] têm tesão ao mandar ver nisso”. Além disso, esse prazer feminino parece partir do gozo masculino:

- (2) E quando vemos o parceiro se deliciando com nossos estímulos, nos sentimos muito mais desejadas.
- pp. As mulheres se sentem desejadas, mas se sentem mais desejadas a partir da visão de seu parceiro se deliciando com seus estímulos sexuais.

Os pressupostos vão, enfatizando a primazia do gozo do homem sobre o da mulher e ideia de que o gozo feminino está atrelado e condicionado à sua capacidade de fazer o homem sentir prazer.

(3) Quer aumentar ainda mais o prazer dela, levar sua parceira a subir pelas paredes?
pp. As mulheres já sentem muito prazer só em fazer sexo oral no homem.

Na *Men's Health* de novembro de 2013, outra carta, dessa vez publicada em “Beto, o barman”, também reforça, através de implícitos linguísticos, a ideia de que mulheres não gostam de sexo, contrastivamente. A pergunta também gira em torno da normalidade, ligada agora não tanto ao comportamento, mas à saúde psíquica: “Sinto vontade de transar toda hora. Será que sou viciado em sexo?”

O desejo de transar atrapalha você em tarefas comuns do dia a dia, como trabalhar, tomar uma gelada com os brothers ou bater uma bola? Se a resposta for não, fique tranquilo. Falei com os especialistas da MH e eles disseram que é normal homens pensarem (muito!) em sexo. Você é um cara como qualquer outro, que curte malhar na cama com a parceira – e no sofá, na pia, na mesa, no carro... Só há problema quando o tesão começa a atrapalhar outras atividades da vida. Aí, é bom consultar um médico.

Ora, também aqui, uma série de elementos, além dos pressupostos, vão ratificar a ideia de que há uma norma para os comportamentos de gênero. Novamente, encontramos aí generalizações, por meio de expressões genéricas ou de comparações (“homens”, “um cara como qualquer outro”), mas também o discurso especializado, por meio do discurso indireto: “[os especialistas da MH] disseram que é normal homens pensarem (muito!) em sexo”. Ora, em conformidade com Foucault, há uma conexão entre as relações de poder – de que a normalização é um dispositivo fundamental – e o conhecimento científico, porque os mecanismos de poder são validados por sistemas de saber e estes, como produtores de discursos considerados verdadeiros, possuem intrinsecamente efeitos de poder: “entre técnicas de saber e estratégias de poder, nenhuma exterioridade; mesmo que cada um tenha seu papel específico e que se articulem entre si a partir de suas diferenças” (FOUCAULT, 1988, p.109).

Com a generalização dos mecanismos de disciplinamento na nossa sociedade, o sexo alcançou um lugar fundamental como lugar de controle das populações (biopolítico) e também de controle dos indivíduos (disciplina), sendo extremamente vigiado por uma série heterogênea de saberes, como a fisiologia e a psicanálise. Faz parte do modo como as práticas de saber/poder instauram na vida social o modo como alguns dispositivos se tornam naturais e como os implícitos que desencadeiam se instauram no cotidiano coletivo:

É necessário para toda crença fundamental, quer se trate de uma ideologia social ou de um *parti-pris* pessoal, encontrar, se ela se exprime, um meio de expressão que não a exponha, que não a transforme num objeto determinável e portanto contestável. Todavia, ela tem necessidade de exprimir-se e encontra sua principal força, sua fonte primeira de evidência, na perpétua repetição (DUCROT, 1977, p.14).

Assim, vemos nesse texto de “Beto, o barman”, de novembro de 2013, reforçar-se a ideia de que o sexo é um elemento fundamental na construção do indivíduo, pela contraposição pressuposta entre “desejo de transar” e “tesão”, de um lado, e “tarefas comuns do dia a dia” e “outras atividades da vida”, de outro. Além disso, caracteriza-se a diferença entre o modo como homens e mulheres são individualizados em relação a essa tarefa “especial”:

(4) ...é normal homens pensarem (muito!) em sexo.

Esse enunciado se baseia em um subentendido, ao qual podemos ter acesso às máximas conversacionais de Grice. Para esse autor, a interação verbal se baseia em um princípio de cooperação: os diálogos seriam “esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita” (1982, p.86). Essa cooperação seria baseada em máximas organizadas em quatro categorias: quantidade, qualidade, relação e modo.

A máxima de quantidade indicaria que o participante deve fazer “com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido” (GRICE, 1982, p.87), de modo que ao se afirmar que “é normal homens pensarem (muito!) em sexo” esteja subentendido que “não é normal que mulheres pensem muito em sexo” – o que está de acordo com o fato de mulheres não tomarem iniciativa no “rapport” sexual (PECKER, 1970) e que fiquem satisfeitas com o gozo do parceiro (e não com o próprio).

De uma perspectiva médica, a mulher que gosta e pensa muito em sexo é mais individualizada que o homem, o que se verifica pela disseminação do nome clínico para essa “obsessão”: ninfomania, em contraposição à satiríase, que seria o vício sexual masculino, de que pouco (ou nunca) ouvimos falar.

4. Binarismo, gênero e individuação

As máquinas binárias que constroem as identidades de gênero, extraindo a mobilidade das linhas de subjetivação para fixá-las em pontos, baseiam-se na construção de uma norma, uma constante ou uma invariante que “se definem menos por sua permanência e sua duração do que por sua função de centro, mesmo relativo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.40). A maioria implica constância por aparecer duas vezes: uma vez no ponto central, uma vez na variável de onde é extraída. A norma é apreendida pela anormalidade, de modo que aparece ali sob uma forma negativa, da qual retira os elementos que a farão constituir-se.

Suponhamos que a constante ou metro seja homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer (o Ulisses de Joyce ou de Ezra Pound). É evidente que “o homem” tem maioria, mesmo se é menos

numeroso que os mosquitos, as crianças, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais... etc. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.40).

O homem funciona como “ponto central” em uma máquina dual, que vai se fazendo origem de linhas que se entrecruzam em pontos dominantes e pontos dominados, linhas duras e pontos do homem (e da mulher), do adulto (e da criança), do heterossexual (e do homossexual), do branco (e do negro), do cristão (e do pagão/ herege)... Assim, o ponto central tanto organiza as distribuições binárias – homem pensa muito em sexo, logicamente a mulher não – e ao mesmo tempo se reproduz no termo em oposição – a mulher como o “não-homem”, como bem afirmou Simone de Beauvoir:

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *uir* o sentido geral do vocábulo *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (2009, p.16).

O conjunto de dispositivos e enunciados que constituem o dispositivo de normalização têm como efeito a constituição de um Ponto Central – que, no caso das questões que concernem à sexualidade, mas não só, é – “ocupado” pelo homem, entidade molar, do qual, binariamente, vão se desenhando minorias, como o homossexual, a mulher, a criança... Como todo dispositivo, várias são as linhas que o cruzam, linhas de subjetivação, linhas duras, linhas de segmentação (DELEUZE, 1996), conformando um território espesso e fugidio, que demanda uma constante reorganização... Por isso, não basta produzir o padrão, é preciso resguardá-lo, mantê-lo, reconfigurá-lo constantemente, uma vez que se encontra permanentemente “ameaçado” por devires minoritários.

E, se não há devir majoritário, se não há um *devir-homem* do homem, é sempre necessário renormalizar, reterritorializar, reestruturar o modelo para reagir às linhas de fuga, aos processos desterritorializantes, ao *devir-mulher* do homem, ao *devir-criança*, ao *devir-animal*... Por isso, não há apenas linhas de poder que dão nós minoritários, há todo um esforço conjunto de manter normalizado o normal. Há sempre formas de educação que visam a normalizar o indivíduo, a transferi-lo sempre a um ponto de subjetivação mais alto, mais conforme, “um poder imanente que se confunde com o ‘real’” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.88).

Os processos de individuação – serializados, registrados e modelados, inscritos no corpo de cada um –, como um modo de produção de subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 2011), relacionam-se inicialmente ao fato de sermos indivíduos biológicos, comprometidos com nossas necessidades fisiológicas. Mas a realidade biológica é também construída como real no cerne das relações de poder. Se os comportamentos

de gênero são compreendidos como aspectos culturais, nem por isso o próprio sexo biológico deixa de ser uma construção. E ambos se planificam, constituindo uma “realidade única”: ser homem implica comportar-se como homem e, binariamente, a não comportar-se como mulher, e vice-versa.

Assim, a individuação opera-se por normalização, recorre ao metro-padrão como Outro inescapável a partir se constrói. E a linguagem possui um papel fundamental nesse processo, uma vez que a produção de subjetividade é considerada “agenciamento coletivo de enunciação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Não haveria um sujeito sempre-lá, inerente à natureza humana; pelo contrário: haveria “uma subjetividade universal, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.33).

As diversas formas de educação ou de “normalização” impostas a um indivíduo consistem em fazê-lo mudar de ponto de subjetivação, sempre mais alto, sempre mais nobre, sempre mais conforme a um suposto ideal. (...) Nem mesmo há a necessidade de um centro transcendente de poder, mas, antes, de um poder imanente que se confunde com o “real”, e que procede por normalização. Há aí uma estranha invenção: como se o sujeito duplicado fosse, em uma de suas formas, causa dos enunciados dos quais ele mesmo faz parte na sua outra forma (DELEUZE ; GUATTARI, 1995b, 88-9).

Sujeito da enunciação e sujeito do enunciado são, portanto, duplamente constituídos e duplamente conformados, no interior de uma série discursiva. A própria participação da cena enunciativa que se estabelece na produção e circulação de enunciados de diversas ordens requer de seus interlocutores o status de indivíduos “normalizando”, nunca normalizados porque sempre em processo, sempre a “mudar de ponto de subjetivação”.

Como rede (armadilha ou toca) que normaliza, há muitos caminhos, trajetos, linhas que fazem desse dispositivo algo difícil de se resistir. E aí, portanto, encontramos a heterogeneidade enunciativa sob a forma de pressupostos, remetendo a “já-ditos”, funcionando como “discursos indiretos” que se coadunam no agenciamento coletivo. A pressuposição materializa na produção dos enunciados esses lugares dados, essas características tomadas como intrínsecas e a própria divisão binária dos gêneros em consonância com o sexo biológico (pressupostos de existência), constituindo-se como uma “armadilha” discursiva, à qual submetemo-nos como nos submetemos à “língua maior”. Transformações incorpóreas vão aí se fazendo: o corpo que se compreende a partir de uma lógica binária, o medo que se promove como efeito de uma dor e tensão que é já efeito em si mesma, a medida do pênis que por comparação vai se tornando índice de uma qualidade... Não à toa o domínio do corpo seria fundamental para a resistência, para a singularização e a rejeição – difícil – dos modelos binários que confeririam aos corpos sua identidade. Por isso, afirmam Deleuze e Guattari: “a sexualidade é uma produção de mil sexos” (2012,

p.75), ainda que nos satisfaçamos com dois divididos por dois: homem/mulher, heterossexual/homossexual.

5. Conclusão

Os pressupostos linguísticos são, portanto, um elemento fundamental para a construção do metro-padrão e dos pontos a que esse se liga, por oposição, constituindo as relações binárias de gênero. Os implícitos seriam o modo de se inscrever no discurso o já-dito, não passível de ser combatido ou negado, criando a grade das relações de gênero e funcionando como dispositivo de normalização.

A própria ideia binária de sexos complementares como uma construção que se superpõe ao “real”, dando caráter de primazia a aspectos secundários, dando ao fortuito a ideia de fundamental, ao aleatório a noção de inescapável, faz com que se reforce a “norma”, mas principalmente se individue as anormalidades – como se não fossem as variáveis o que estaria sempre ali, o funcionamento natural das forças que compõem as relações de gênero.

E esses pressupostos se mantêm e se recolocam, redundantemente, para preservar a estabilidade falsa desse sistema que eles mesmos criam e reforçam, procurando renormalizar o “homem” como entidade que se vê ameaçada em seus princípios. A normalização se faz, portanto, um processo constante, mas que acreditamos estar em vias de modificar-se, uma vez que seu estatuto invisível, seu silêncio, seu caráter natural é, hoje, passível de ser posto à prova. Por isso, demos tanto relevo à constituição do campo de estudos da masculinidade no início desse trabalho: algo muda, algo se transforma – estamos no meio desse processo.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CONNELL, R.W. *Masculinities*. 2.ed. Los Angeles: University of California Press, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v.2. Trad. Ana Lúcia Oliveira; Lúcia Cláudia Leitão. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v.4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed.34, 2012.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Princípios de semântica linguística* (dizer e não dizer). Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010b.

GRICE, H.P. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística IV – Pragmática, problemas críticos, perspectivas da linguística*. Campinas: Editora da Unicamp, 1982. p.81-103.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3.ed. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1997.

MEN'S HEALTH, São Paulo: Editora Abril, ano 8, n. 5, edição 89, setembro 2013.

_____, São Paulo: Editora Abril, ano 8, n.7, edição 91, novembro2013.

PECKER, André. O ato sexual normal: estudo sexológico destinado ao clínico geral e ao ginecólogo. In: MIOHEL-WOLFROMM, Hélène et al. *O ato sexual normal e a psicopatologia sexual*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. p.27-75.

SOUZA, Pedro de. *Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.